

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Organização denuncia retrocesso do Brasil no combate à corrupção.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita notifica inadimplente sobre risco de sócio responder por crime..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo proíbe ação penal antes de decisão final do Carf.....5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Transparência denuncia orçamento secreto à OCDE.....6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

SERVIDOR PÚBLICO

Projeto favorece empresa acusada de cooptar indígena para explorar potássio.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

REFORMA TRIBUTÁRIA

Globalizações e instituições nacionais (Artigo).....9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado aprova projeto que muda ICMS sobre combustível..... 11

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS

REFORMA TRIBUTÁRIA

Posse de Boric nesta sexta no Chile desperta enorme expectativa na região e no mundo  
..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contribuição temporária sobre ganhos do petróleo - NELSON BARBOSA..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Varejistas e marcas de luxo ocidentais deixam a Rússia..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Alta deve ser repassada à tarifa de transporte público.....18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso derruba veto a refinanciamento de empresas do Simples..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reajusta combustíveis, mas defasagem continua..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com inflação, brasileiro volta à "compra do mês".....21

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS

POLÍTICA

Reforma ministerial: Bolsonaro planeja trocas de olho em militares, ruralistas e Centrão .....	22
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Megarreajuste eleva pressão inflacionária .....	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Nova greve de caminhoneiros seria devastadora para o país - MERCADO S/A .....	26
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLITICA / ECONOMIA ECONOMIA	
"Não defino preço", diz Bolsonaro .....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Petrobras anuncia mega-aumento dos combustíveis; gasolina sobe 18,8% .....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Reajuste pode detonar ciclo vicioso de mais inflação, juros e dívida pública .....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mais inflação, juros e dúvidas (Editorial) .....	33
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Após alta, economistas já esperam inflação entre 7% e 8% este ano .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Governo vê PIB deste ano menor sob efeito da guerra .....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Reajuste da Petrobras também vai afetar varejo .....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Conflito vai reduzir a expansão da economia global neste ano, diz FMI .....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
A pandemia aumentou as desigualdades de gênero (Artigo) .....	38

# Organização denuncia retrocesso do Brasil no combate à corrupção

**MARLEN COUTO** [marlen.couto@oglobo.com.br](mailto:marlen.couto@oglobo.com.br)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Receita notifica inadimplente sobre risco de sócio responder por crime

*Gilmara Santos De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

# Supremo proíbe ação penal antes de decisão final do Carf

*Joice Bacelo Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

# Transparência denuncia orçamento secreto à OCDE

**GUSTAVO QUEIROZA**

Transparência Internacional denunciou anteontem o Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) por retrocessos no combate à corrupção durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). No documento, a ONG cita o orçamento secreto entre "marcos legais e institucionais" do Executivo, do Legislativo e do Judiciário que considerou danosos ao combate à corrupção no Brasil no último triênio, até 2021.

Revelado pelo Estadão em maio do ano passado, o orçamento secreto prevê a liberação do pagamento de emendas sem revelar o autor do pedido.

De acordo com a Transparência Internacional, a prática contribuiu para a diminuição da transparência e do controle dos recursos federais. O relatório foi divulgado na mesma semana em que o Congresso contrariou determinação do Supremo Tribunal Federal e instituiu nova brecha para não divulgar o nome dos parlamentares que apadrinham emendas do orçamento secreto.

A entidade acusa o Congresso de promover retrocessos na transparência legislativa, em especial por meio do orçamento secreto. "Essa prática ignora recomendações técnicas e necessidades locais e distorce as políticas públicas, apenas para favorecer alianças políticas que garantam a governabilidade no Congresso Nacional e, em alguns casos, esquemas de corrupção", afirma a ONG.

"AMEAÇAS".

O documento também classifica como retrocesso "ataques e ameaças contínuas do presidente Jair Bolsonaro contra instituições democráticas", incluindo o STF e o Tribunal Superior Eleitoral, além de governadores e prefeitos.

Entre os pontos levantados no relatório, a Transparência diz que o Brasil perdeu a capacidade de gestão independente de órgãos de controle.

"A família do presidente agiu para cooptar e interferir em instituições como a Agência de Inteligência (Abin), a **Receita Federal** e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para recolher provas para minar um

relatório feito pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) que desencadeou uma investigação criminal contra o senador Flávio Bolsonaro, um dos filhos do presidente", diz o texto da organização.

O Grupo de Trabalho Antissuborno da OCDE, que recebeu o relatório da Transparência Internacional, monitora o cumprimento da Convenção contra o Suborno Transnacional da OCDE. O Brasil é signatário há duas décadas e, nos últimos três anos, tem sido acompanhado de perto pela OCDE no cumprimento dos dispositivos. Segundo a Transparência, a reunião plenária do grupo está sendo realizada nesta semana em Paris.

"OBSTÁCULOS".

"Os retrocessos na pauta anticorrupção, refletidos na situação cada vez mais crítica do Brasil no Grupo de Trabalho Antissuborno, somam-se às graves preocupações no campo ambiental como os dois maiores obstáculos à pretensão do Brasil em aderir ao "clube das nações ricas", escreveu a Transparência, em nota.

Procurados, a Presidência da República e a cúpula do Congresso não se manifestaram até a conclusão desta edição.

Para lembrar

Estadão revelou prática em série de reportagens

"Toma lá, dá cá" Em maio de 2021, o Estadão iniciou uma série de reportagens mostrando que o governo Bolsonaro usa repasses do orçamento secreto, em que valores do Orçamento Geral da União são destinados a parlamentares, a partir de acordos políticos.

Emendas de relator No orçamento secreto, recursos da União são distribuídos via emendas de relator sem critérios técnicos, a um grupo de parlamentares, principalmente às vésperas de votações de interesse do Palácio do Planalto.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Projeto favorece empresa acusada de cooptar indígena para explorar potássio

*Vinicius Sassine Brasília*

Uma eventual aprovação do projeto de lei que libera mineração em terras indígenas favorece uma empresa acusada pelo MPF (Ministério Público Federal) de tentativa de cooptação de indígenas para exploração de potássio na Amazônia.

A Câmara aprovou na quarta-feira (9) a urgência da votação sem o tema passar pelas comissões. Entretanto, o mérito da proposta deve ser votado em abril.

A Potássio do Brasil Ltda., empreendimento do banco canadense Forbes Manhattan, foi acusada de tentar cooptar indígenas do povo mura, na região de Autazes (AM), entre os rios Madeira e Amazonas.

A empresa quer explorar potenciais minas de sais de potássio a menos de três quilômetros de uma terra indígena e chegou a operar dentro do território tradicional, segundo o MPF. Para isso, ignorou os mura ou tentou cooptá-los, conforme ação civil pública movida na Justiça Federal no Amazonas em 2016.

Menos de quatro meses depois, em 2017, um acordo entre o MPF e a empresa, validado pela Justiça, buscou garantir que os povos indígenas fossem devidamente ouvidos antes da exploração do potássio, base para fertilizantes utilizados na agricultura em larga escala.

O empreendimento da Potássio do Brasil inclui um porto, uma unidade industrial e uma estrada conectando os dois. Segundo o presidente da empresa, Adriano Espescht, o acordo suspendeu o processo de licenciamento ambiental até que o povo mura seja consultado. Os indígenas participaram do acordo na Justiça, conforme afirmação de Espescht em nota.

"Em 2019, o procedimento de consulta ao povo mura foi deflagrado, mas foi interrompido devido à pandemia. A Potássio tem como princípio respeitar as normas ambientais e os direitos dos povos tradicionais e reconhece a importância da consulta prévia, livre e informada do povo mura." O projeto ficou paralisado, mas a empresa seguiu buscando a ANM (Agência Nacional de Mineração) para garantir a exploração mineral em áreas de terras indígenas.

A Folha identificou pelo menos três requerimentos protocolados pela Potássio do Brasil na ANM, após a judicialização do caso, para tentar garantir a exploração de sais de potássio em área relacionada à terra indígena Jauary, em Autazes, em fase de delimitação e homologação. Todos eles são de 2019, o primeiro ano do governo Jair Bolsonaro (PL).

Conforme a empresa, são ao todo quatro processos do tipo.

Os documentos públicos disponíveis nos três processos mostram que se trata de tentativas de lavra em área que envolve a terra indígena. Ao todo, os três requerimentos dizem respeito a uma área de 14,1 mil hectares.

O que a empresa busca é um desmembramento das áreas, para garantir a exploração dos sais de potássio somente em terrenos contíguos à terra indígena. Os processos seguem em tramitação.

"O projeto Potássio Autazes está totalmente fora de terras indígenas após o desmembramento de quatro processos minerários registrados na ANM em 2019", disse o presidente da empresa.

Ao todo, há 183 requerimentos da Potássio na ANM, desde 2008, para explorar sais de potássio na Amazônia.

Se o Congresso aprovar o projeto de lei apresentado pelo Executivo, liberando a mineração em terras indígenas, a Potássio do Brasil deve ser beneficiada. A empresa afirmou ser favorável à previsão na proposta de consulta a povos indígenas.

Um dos artigos do projeto afirma: "As atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais (...) que tenham sido regularmente outorgadas anteriormente à homologação do processo de demarcação da terra indígena deverão ser autorizadas pelo Congresso Nacional no prazo de quatro anos, (...) ouvidas as comunidades indígenas afetadas".

O projeto busca regulamentar a mineração em terras indígenas, a partir do que prevê a Constituição Federal. Como nunca houve essa regulamentação, a atividade é vetada nesses territórios.

Há quase 50 anos, o Estatuto do Índio, de 1973, restringe aos indígenas a exploração de riquezas em suas terras. O projeto de lei patrocinado pelo governo Bolsonaro derruba o artigo que faz essa restrição. E vai além, permitindo até pesquisa e cultivo de transgênicos em terras indígenas.

Para o MPF, existem "vício insanável", "falácia" e "patrocínio de conflito de interesses" na proposta. Procuradores da República que atuam na Amazônia pretendem contestar eventual lei que libere mineração em terra indígena, dentro de mais de dez ações contra garimpos em áreas demarcadas.

A proposta é prioritária para Bolsonaro, que vem usando a guerra entre Rússia e Ucrânia -e uma possível crise de escassez de fertilizantes russos- para tentar fazer avançar o projeto de lei.

O projeto de lei foi apresentado ao Congresso pelo ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, e pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Os dois assinaram a justificativa da proposta. Hoje, Moro se diz desafeto de Bolsonaro e é pré-candidato à Presidência da República.

A Potássio do Brasil tem interlocução no governo Bolsonaro. No Ministério de Minas e Energia, há o entendimento de que a atuação da empresa na Amazônia deve ser incentivada.

O MPF acusou a Potássio do Brasil de buscar licenciamento ambiental em instância incompetente, "mesmo ciente das dimensões e do potencial degradador do empreendimento".

O Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), não o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), concedeu uma licença prévia em 2015 para pesquisa mineral dentro de terras indígenas. Não houve análise da Funai (Fundação Nacional do Índio), segundo o MPF.

A busca pela licença continuará sendo feita no Ipaam, não no Ibama, conforme a Potássio do Brasil.

Os procuradores da República afirmaram na ação que prospecções minerais chegaram a ser feitas dentro de terras indígenas, "causando, dentre outros, danos ao cemitério localizado na Ilha do Amor".

As comunidades indígenas e tradicionais ribeirinhas não foram consultadas, o que contraria convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho), conforme o MPF.

A ação civil pública afirma que houve "conduta de má-fé, conforme os vários relatos dos indígenas Mura, consistente na cooptação de lideranças, moradores e até mesmo **servidores públicos** por meio de promessas, favores e benefícios, conformando graves vícios de vontade na decisão dos indígenas".

"Em 2019, o procedimento de consulta ao povo mura foi deflagrado, mas foi interrompido devido à pandemia. A Potássio tem como princípio respeitar as normas ambientais e os direitos dos povos tradicionais" Adriano Espeschit presidente da Potássio do Brasil

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49846>**



# Globalizações e instituições nacionais (Artigo)

**CARLOS A. CINQUETTI PhD em economia, é professor de matemática e computação da Unesp**

Por paradoxal que pareça, as globalizações fortaleceram os Estados nacionais.

Produziram, nos países que as abraçaram, melhor governança institucional, assegurando maior compromisso entre agentes econômicos e políticos. Criaram, assim, economias nacionais mais eficientes.

Na globalização dos anos 1870 ao início do século 20, emerge o Estado do bem-estar social.

Emergiu como um arranjo político no qual apoio à abertura comercial por sindicatos e partidos operários foram colados à demanda por redes de proteção no desemprego e apoio na formação educacional. Esquemas de seguro social que funcionam como incentivos ao esforço dos trabalhadores, cobrindo seus riscos na qualificação para tarefas e as mudanças no mercado.

Um esquema de maior cooperação expandiu o capital social (a confiança mútua entre agentes). Conteve, à época, a crescente vaga socialista, cujo alvo era, ao contrário, extremar os conflitos sociais. Na Rússia, que não avançou nessa direção, o resultado econômico foi outro.

A segunda globalização, dos anos 1990 a 2010, está associada, no espaço internacional, ao fácil fluxo de ideias e a resultantes cadeias globais de produção. Também à convergência no desenvolvimento. Daí a centralidade da Ásia e da China, o que envolveu, além da abertura dos mercados, mudanças nessas sociedades e economias.

Na China, o Estado já provia uma espécie de seguro social, mas o regime político dava enorme arbítrio aos incontroláveis poderes estaduais e municipais. Percebendo as condutas predatórias que disso seguiam, a liderança do PC Chinês desenhou uma descentralização econômica casada com incentivos a investimentos.

A descentralização (com transferência) fiscal foi condicionada a investimento por estados e municípios, que também podiam ser sócios em empresas locais.

Criaram-se, assim, governos regionais mais sintonizados com a economia. Que competem entre si em oportunidades de investimentos para empresas e famílias, via provimento de bens públicos locais (segurança, estradas, escolas etc.). Em suma, políticas para o bem comum, que ampliam oportunidades no mercado para todos, amarraram saída da pobreza e prosperidade.

O entreguerras, de 1914 a 1944, é um belo contraponto às globalizações. Os mercados se fecharam e a política também (fascismo e nazismo).

Governos passam a controlar mercados e até atividades produtivas. Por esse meio, controlam politicamente empresários e trabalhadores.

Após a crise dos anos 1930, tal modelo foi copiado na América Latina por países como Argentina e Brasil, igualmente sob ditaduras brutais.

Após a 2ª Guerra, tal modelo sucumbe na Europa, mas persiste nos países latino-americanos.

Sobretudo porque as novas regras do GATT, impondo liberação recíproca dos mercados entre países membros, liberou as nações em desenvolvimento de tal compromisso. Por fins do século 20, vêm a democratização e o início da abertura econômica, com a segunda globalização.

Mas poucos dos maiores países da América Latina (AL) abraçaram, plenamente, essas mudanças institucionais, logrando com isso, expansão nos investimentos e convergência com países desenvolvidos.

No Brasil, a abertura comercial estanca em 1993 e, com ela, as reformas para um ambiente institucional de melhor governança. Persistiu, ou agravou, a situação de ativos informais, que não viram capital. De unidades produtivas sem a formalidade requerida de firmas, e mercados onde a informalidade impede a concorrência amparada na lei. Sem fortalecimento das instituições econômicas, não surpreendem as acelerações condicionais a boom de commodities e a pífia média de 17% nos investimentos desde 1995.

Baixo investimento na capacidade estatal é o outro lado desta história. No provimento de bens públicos,

tais como estradas, qualidade da escola pública, o que reforçou as desigualdades econômicas regionais e entre grupos sociais e étnicos. Na garantia da lei, como patente ainda no crescimento das organizações criminosas e nas habitações irregulares, de pobres e ricos, cada vez mais distantes - a despeito do melhor Gini.

A política não foi pautada por busca de eficiência econômica. Mesmo a lei de responsabilidade fiscal teve sérios contrapesos: veio após enorme alta nos **impostos** e sem condicionantes de investimentos públicos.

Sintomático que a única inovação política então foi expansão nos mandatos do Executivo.

Igual para os ganhos tributários seguintes do boom das commodities. Não levaram a maior investimento governamental em estradas, saneamento e mobilidade urbana, mas, sim, em espetáculos esportivos e transferência de renda (políticas distributivas). Garantiram trunfos eleitorais com os mais pobres, mas o exacerbado rentismo político via estatais acabou brechado na justiça.

Por fim, a vitória de um candidato liberal que governou por um antiliberalismo político.

Inundou o Executivo de militares, ameaçou os demais poderes e promoveu guerras religiosas e culturais. O estilo beligerante travou a **reforma tributária** e maiores avanços na abertura comercial. Mesmo a pretendida melhora no trabalho formal naufragou. Mais recentemente, anunciou reformas para reduzir o emprego formal. Reforçou, finalmente, o isolamento do país em confrontos ideológicos (antiambientalismo e anticomunismo) com os principais parceiros no Ocidente e Oriente.

Como sair deste mau equilíbrio, avançando para firmes melhoras institucionais?

Um choque equivalente à globalização seria o ingresso na OCDE. Imporia regras que ampliam transparência e o compromisso das instituições políticas. Mas, numa democracia, o avanço para instituições mais comprometidas depende de maior coesão social. De cidadãos com menor resistências interétnicas (ou intersociais), e mais focados no bem comum.

Mas a confiança interpessoal do brasileiro é muito baixa; a mais baixa da AL (pelo Latino- Barometro). Outra perda do isolamento internacional.

Conforme estudos, essa base cultural da maior coesão política, a confiança, é um subproduto das economias

abertas.

#### Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
Artigo: Globalizações e instituições nacionais

# Senado aprova projeto que muda ICMS sobre combustível

*Idiana Tomazelli, Matheus Teixeira e Julia Chaib Brasília*  
*| Colaborou Ricardo Della Coletta*

O Senado aprovou nesta quinta-feira (10) o projeto de lei que altera a cobrança de ICM sobre combustíveis e zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel e gás até o fim de 2022, ano eleitoral.

A votação se dá no mesmo dia em que a Petrobras anunciou um mega-aumento nos preços de gasolina e diesel. Senadores criticaram a medida, que ampliou a pressão por ações para conter os efeitos na bomba.

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), disse lamentar o reajuste da Petrobras, mas afirmou que o projeto pode reduzir a "impacto zero" a alta de 24,9% no diesel. Já o aumento na gasolina não seria amortecido diretamente pela proposta, ele admitiu.

O texto-base foi aprovado no Senado por 68 a 1, com uma abstenção, após sucessivos adiamentos e constantes tentativas dos governadores de evitar perdas na arrecadação dos estados. Em votação de destaques, os parlamentares aprovaram a desoneração de **tributos** federais sobre diesel e gás por 56 votos a 8.

O projeto, que já havia sido aprovado na Câmara, precisará ser submetido a nova votação na Casa, devido às mudanças. A votação estava prevista para a noite desta quinta, o que ainda não havia ocorrido até a conclusão deste texto.

A mudança no ICMS é apoiada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que há meses trava uma queda de braço com os governadores em torno da culpa pelo aumento dos reajustes.

"O desconto de **impostos** a partir da sanção da lei será de R\$0,60 [por litro no preço do diesel]", disse Bolsonaro, durante sua live semanal transmitida pelas redes sociais.

O chefe do Executivo tem preocupação com os efeitos políticos da alta dos combustíveis, sobretudo no ano em que buscará a reeleição. Ele está em segundo lugar nas pesquisas, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Enquanto o presidente acusa os estados de lucrar com

a alta nos preços, via arrecadação do ICMS, os governadores apontam o dedo para a política de preços da Petrobras, cujo acionista controlador é a União.

Em diferentes ocasiões, Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, defenderam uma contribuição dos governadores para conter o preço dos combustíveis. Com apoio do Planalto, o governo federal abrirá mão de uma arrecadação de R\$ 18 bilhões para zerar as alíquotas de PIS/ Cofins sobre diesel e gás até o fim do ano.

Os estados, por sua vez, alegam que a medida não solucionará o problema e reclamam da perda de arrecadação.

"Queremos ajudara baixar o preço, e não podem mais botar a culpa no ICMS", disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). "Aceitamos tratar do ICMS no consumo na **reforma tributária**, onde está ICMS sobre combustíveis e também energia e outros. Mas com a responsabilidade de compensação de receitas." Pelo texto do PLP11, os estados deverão regulamentar a criação de uma alíquota única de ICMS sobre os combustíveis no âmbito do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Além disso, o texto prevê a mudança no modelo da alíquota, de um porcentual sobre o valor (ad valorem) para um valor fixo sobre o litro (ad rem).

A alíquota única deverá ser aplicada sobre gasolina, diesel, etanol, gás de cozinha e querosene para aviação. Embora unificadas entre os estados, as cobranças poderão ser diferenciadas por tipo de combustível, de acordo com o texto.

Enquanto isso não for implementado pelos governadores, o imposto sobre o diesel e o biodiesel deverá ser cobrado sobre uma base de cálculo definida, obtida pela média móvel dos últimos cinco anos.

A regra, tratada como uma transição, valerá até 31 de dezembro de 2022. Na prática, o texto força uma mudança imediata no imposto.

Os governadores tentaram emplacar uma emenda que congelaria o preço médio ponderado sobre o qual é calculado o ICMS dos combustíveis -a base de cálculo

já está fixada desde 1º de novembro de 2021.

A articulação foi um dos motivos por trás do adiamento na votação, antes prevista para quarta-feira (9). Mas o relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), disse que a emenda resultaria em solução ainda pior para os estados.

"A votação do projeto que altera os **tributos** sobre combustíveis é a aposta da Economia para tentar aplacar a crescente pressão por subsídios diretos para reduzir o preço dos combustíveis. A pasta comandada por Guedes tenta minimizar danos e resiste à medida - apesar de, nesta quinta, o ministro ter admitido a hipóteses, se a guerra se prolongar.

Para conseguir aprovar o projeto, a Economia precisou aceitar um acordo com a bancada de parlamentares do Amazonas para desfazer parte do corte nas alíquotas do IPI.

O governo federal vai reeditar o decreto que fez uma redução linear de 25% no imposto deixando de fora produtos da Zona Franca de Manaus, que já são isentos e perdem competitividade com o corte do IPI.

Mais cedo, também no Senado, foi aprovado projeto de lei que cria uma conta de estabilização para amortecer reajustes e estabelece diretrizes para uma nova política nacional de preços.

O texto ainda dobra o alcance do Auxílio Gás, pago a beneficiários do Auxílio Brasil, e cria um auxílio-gasolina no valor de R\$ 300 mensais para taxistas, motoristas de aplicativo e entregadores. Motoristas habilitados para conduzir ciclomotor ou motos até 125 cilindradas receberiam um valor menor, de R\$ 100.

Pela proposta, a nova política de preços de combustíveis deve observar diretrizes como a redução da volatilidade de preços internos e prever uma frequência para o anúncio de reajustes.

Uma conta abastecida com o excesso de dividendos pagos pela Petrobras e receitas com royalties e participações especiais seria usada para compensar produtores e importadores sempre que o preço de mercado ficar acima do preço de referência estipulado na política -assim, o aumento não seria repassado às bombas.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**46**

# Posse de Boric nesta sexta no Chile desperta enorme expectativa na região e no mundo

**Janaína Figueiredo**

Perfil: Quem é Gabriel Boric, o ex-líder estudantil

A opinião é compartilhada pela analista chilena Marta Lagos, diretora da ONG Latinobarômetro, e pelo brasileiro Pedro Abramovay, diretor para América Latina da Fundação Open Society, que esteve recentemente em Santiago conversando com membros do futuro Gabinete. A região e o mundo estão de olho no Chile e o desempenho de Boric, de 36 anos, estará condicionado a uma série de questões, entre elas e com destaque a aprovação, ou não, de uma nova Constituição, no plebiscito previsto para o segundo semestre deste ano.

O novo governo deverá, também, encarar temas como a crescente imigração de venezuelanos, colombianos e haitianos, que a direita vincula a um aumento da violência no país; a tensão entre a comunidade mapuche e autoridades regionais; o aumento da **inflação** e a desaceleração da economia, e as demandas por transformar o Chile num país menos desigual.

- Se o texto que está sendo elaborado pela Convenção Constituinte for derrotado no plebiscito, será um desastre para Boric - diz Maira.

O histórico dirigente do PS foi, como Boric, líder estudantil e deputado. Conheceu de perto o presidente Salvador Allende (1970-1973), foi uma das lideranças políticas mais perseguidas pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), exilou-se no México e, com a volta da democracia, foi ministro e embaixador. Conheceu o novo presidente por acaso, num debate que marcou o início de uma amizade que ajudou Boric a atravessar os momentos mais cruciais de sua trajetória política.

- Ao contrário de outros políticos jovens, ele sempre se interessou pelo que se fez no passado, por aprender com essas experiências. Sua liderança foi construída com bases consistentes, ele sempre trabalhou em função de suas convicções e assim acredito que continuará sendo - afirma Maira.

De fato, Boric foi um dos primeiros dirigentes da esquerda que se uniu a partidos de todos os espectros políticos para trabalhar pela convocação do plebiscito

que, em 2020, aprovou a convocação da Convenção Constituinte para redigir uma Carta que substitua a promulgada sob Pinochet. O novo presidente acreditou que essa era a saída para a crise institucional desencadeada pelos protestos de outubro de 2019.

De acordo com dados da Latinobarômetro, o apoio ao trabalho da Convenção alcança hoje 67%, contra 33% de rejeição. No plebiscito de 2020, apenas 20% votaram contra a convocação do organismo.

- O problema é que não existe plano B. Não existe saída institucional para um eventual cenário de derrota, e a Convenção é alvo de permanentes ataques - diz Lagos.

Sem medo da convocação

Os pontos mais sensíveis do projeto de futura Constituição continuam em debate.

- Ainda não há clareza sobre mudanças no regime político, por exemplo. Da nova Constituição dependerá se o governo de Boric durará ou não quatro anos - frisa a diretora da Latinobarômetro.

Citando Maquiavel, a analista lembra que "o reformado nunca aceita a reforma", e Boric enfrentará uma direita e um establishment que resistem ao desejo de mudança radical que emanou das ruas e que acabou representado eleitoralmente por sua candidatura. Será com essa direita que o novo presidente, sem maioria no Congresso, negociará temas centrais para seu governo, entre eles a **reforma tributária** e o limite de 40 horas semanais para a jornada de trabalho (atualmente são 45).

- Eles têm clareza sobre o que dá para fazer, e sabem que será de forma gradual. Sabem da dimensão do que representam e estão conseguindo falar com toda a sociedade - afirma Abramovay, que ficou impactado com a mudança geracional no país:

- A expectativa com esta nova geração que chega ao poder é enorme. A mudança de ares já é notória.

Está claro, enfatizou Abramovay, que prevalecerá uma posição que antes opunha Boric à antiga Concertação de centro-esquerda, que assumiu o poder após a redemocratização: é possível fazer mais no Chile e é

preciso fazer mais.

O que se espera do Boric e de seu governo, apontou Lagos, é a demonstração de que a esquerda é capaz de conduzir um governo que não "ultrapasse barreiras democráticas", diante de experiências como as de Venezuela e Nicarágua.

Maira lembra que, quando começou na política, Boric era considerado "indeciso" por companheiros de esquerda, mas "nunca se deixou abalar". O presidente eleito, que nasceu na região de Magalhães, extremo Sul do país, sempre gostou de passear em parques de Santiago. Um de seus preferidos era o Florestal, onde, em 2019, um grupo de manifestantes o atacou violentamente. Boric não reagiu. Depois, escreveu a seguinte mensagem no Twitter: "Que o medo nunca ganhe da esperança. Que a violência nunca amedronte a convicção".

**Site: <https://oglobo.globo.com/mundo/posse-de-boric-nesta-sexta-no-chile-desperta-enorme-expectativa-na-regiao-no-mundo-25427788>**

# Contribuição temporária sobre ganhos do petróleo - NELSON BARBOSA

**NELSON BARBOSA**

A invasão russa da Ucrânia causou grande aumento do preço internacional do petróleo, e, mesmo com apreciação do real, a queda da taxa de câmbio não foi suficiente para neutralizar o choque externo. Nesta quinta (10), a Petrobras anunciou um aumento substancial de preços em suas refinarias, e isso elevará a expectativa de inflação deste ano. Poderia ser diferente? Não, mas vamos por partes.

Quase todos os economistas concordam que os preços internos de commodities (bens primários com cotação internacional) devem seguir os preços externos. Por quê? Porque a produção doméstica pode ser vendida no Brasil ou no resto do mundo, onde o preço for maior.

Diante de uma elevação permanente do preço internacional de uma commodity, seja ela etanol, seja soja, seja petróleo, deve haver elevação permanente do preço interno correspondente. O impacto de curto prazo é ruim, mas ele incentiva investimentos em métodos de produção mais eficientes e utilização de produtos alternativos.

Mas e se a elevação do preço internacional for temporária? Nesse caso, pode fazer sentido suavizar o impacto dos preços internacionais e a discussão passa a quem deve pagar a conta. No caso do Brasil, há dois candidatos a pagar a conta do petróleo: o contribuinte do Tesouro e o acionista das empresas de petróleo (o que inclui o Tesouro como acionista da Petrobras).

Começando pelo contribuinte, o governo pode cortar impostos e criar subsídios temporários para atenuar o choque de preços. O corte de impostos geralmente beneficia todos os compradores de combustível, quem precisa e quem não precisa de auxílio. Já os subsídios podem ser direcionados aos consumidores mais vulneráveis, por exemplo: famílias de baixa renda na compra de gás e usuários de transporte coletivo.

Subsídios focalizados são a solução "preferida" (menos odiada) entre economistas, mas, qualquer que seja a escolha de ação, a suavização fiscal de um preço de mercado tem custo para o governo. Esse custo pode ser financiado via aumento temporário da dívida pública, corte de gasto ou aumento de arrecadação.

A solução mais justa é criar uma tributação adicional e temporária sobre quem ganha mais com o choque inesperado do preço internacional. Um exemplo dessa solução está sendo discutido no Senado dos EUA, via um imposto temporário sobre o lucro da exploração e produção de petróleo derivado de elevação inesperada de preços

A lógica do tributo temporário é fazer com que todos os acionistas das empresas produtoras de petróleo paguem parte da conta do choque internacional, reduzindo seus lucros excepcionais. No Brasil, esse tipo de mecanismo seria muito mais simples do que fazer apenas uma das produtoras domésticas, a Petrobras, arcar sozinha com o custo da suavização de preços, como tem sido defendido por alguns colegas.

Especificamente, em vez de acabar com paridade de preços internacionais adotada pela Petrobras, é melhor criar um "Contribuição Temporária sobre Ganhos do Petróleo" (CTGP), arrecadada pela União e direcionada para o que a sociedade, representada pelo Congresso Nacional, achar melhor.

A tributação temporária dos ganhos do petróleo também foi discutida recentemente no Senado brasileiro, por iniciativa do senador Jean Prates (PT-RN), mas com a criação de um imposto somente sobre a exportação de petróleo, para financiar um fundo de estabilização. A ideia merece ser retomada em moldes mais simples, sobre toda a produção doméstica de petróleo, pública ou privada, sem a necessidade de fundo de estabilização.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

46

# Varejistas e marcas de luxo ocidentais deixam a Rússia



*Sapna Maheshwari e Vanessa Friedman*

Na Última segunda-feira (7), o diretor financeiro da Stanley Black Decker disse a investidores que a empresa ainda estava decidindo se manterá seus negócios na Rússia devido às novas sanções que afetam o país, ou sairá nas próximas semanas ou meses.

"É algo que estamos observando de perto para ver como se desenrola", diz Don Allan, diretor financeiro da empresa, em uma conferência.

A companhia tem cerca de cem funcionários e gerou uma receita anual de US\$ 150 milhões (R\$ 750 milhões), disse ele, com um estoque estimado de US\$ 30 milhões (R\$ 150 milhões) a US\$ 40 milhões (R\$ 200 milhões). Menos de 24 horas depois, a empresa disse que havia decidido fechar.

Um número cada vez maior de marcas e varejistas americanos e europeus está modificando suas operações na Rússia em resposta à invasão da Ucrânia pelo país, com grandes redes e grifes de luxo fechando lojas e suspendendo outros negócios. As medidas afetam centenas de lojas e milhares de empregados russos.

Apple, H M Group, Nike, Ikea, LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, Hermès Chanel já disseram que fecharão temporariamente suas lojas na Rússia, assim como McDonald<sup>^</sup> e Starbucks. No caso da Levi Strauss Co. e da Adidas, o anúncio foi que estão interrompendo as vendas no país.

Os varejistas estão preocupados com os danos à sua reputação por fazer negócios na Rússia, mas também

reagem aos desafios práticos **impostos** pelas sanções e pelo rápido declínio no valor do rublo russo, disse Tahlia Townsend, sócia e copresidente do grupo internacional de compliance comercial da Wiggin Dana.

"As sanções aos bancos, em particular, tomaram muito difícil levar dinheiro para a Rússia para pagar funcionários ou serviços públicos, proprietários, fornecedores", diz ela.

"Não é fácil obter dinheiro de volta da Rússia, portanto, mesmo que possam ser pagos por seus produtos, eles podem não conseguir consolidar essa receita de volta nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar em que estejam sediados." A maioria dos grandes varejistas disse que continuará pagando funcionários na Rússia. Alguns, como a Levi's, especificaram que pagariam os funcionários em moeda local.

Não está claro como esses planos podem ser afetados se a crise continuar por meses e as empresas esgotarem seus fundos no país.

Os varejistas não estão apenas interrompendo as vendas, importações e exportações. A Ikea, com 15 mil funcionários na Rússia e em sua aliada, a Belarus, interrompeu a produção de móveis de madeira.

A TJX, proprietária da TJ. Maxx e Marshalls, disse que venderá sua participação de 25% na Família, varejista com mais de 400 lojas na Rússia, que adquiriu por US\$ 225 milhões (R\$ 1,1 bilhão) em 2019.

O valor contábil de seu investimento na Família caiu para US\$ 186 milhões (R\$ 930 milhões) a partir de 29 de janeiro, com base na avaliação de rublos russos para dólares americanos, segundo seus registros. A Adidas também suspendeu sua parceria com a União Russa de Futebol.

O fechamento de empresas ocidentais e a incapacidade de comprar bens simples, como jeans de fabricação americana ou móveis de fabricação sueca, podem disparar alarmes para os russos, que enfrentam um estado digital fechado sob o governo do presidente Vladimir Putin, de acordo com Anna Nagurney, professora na Escola de Administração Isenberg da Universidade de Massachusetts.



"É uma maneira de dizer às pessoas que algo está muito errado", disse ela. "Você começa a se perguntar o que está acontecendo, o que está acontecendo? Pode imaginar isso, você vai a uma loja ou outra e não consegue realizar transações. Isso vai criar uma grande ansiedade e incerteza." Ainda assim, outros acadêmicos afirmam que as paralisações de varejistas americanos e europeus podem alimentar a narrativa de Putin sobre os países ocidentais.

"É completamente coerente com o que Putin diz a eles", disse Tymofiy Mylovanov, presidente da Escola de Economia de Kiev. "Está enviando a mensagem de que o Ocidente é mau." As medidas tomadas por marcas de luxo foram observadas de perto, especialmente após uma reportagem da Bloomberg News em 2 de março de que russos ricos estavam correndo para comprar joias e relógios para tentar preservar o valor de suas economias.

O CEO da Bulgari disse à agência de notícias que as vendas nas lojas russas aumentaram nos dias anteriores e que a invasão da Ucrânia, que começou em 24 de fevereiro, pode ter impulsionado os negócios. Ele acrescentou que a marca estava lá "para o povo russo, e não para o mundo político".

A Bulgari é propriedade da LVMH, que teria fechado suas cerca de 120 lojas na Rússia a partir de domingo. As marcas Prada e Kering também disseram que fechariam temporariamente as lojas.

Townsend disse que as marcas de luxo também podem ficar nervosas por vender na Rússia porque cada vez mais pessoas ricas do país estão submetidas a sanções.

"Normalmente, quando você entra para gastar em uma marca de luxo cara, não espera que a loja pegue seu passaporte e veja se você está numa lista de sanções", disse ela. "Se fizerem isso, poderão perder clientes." A escalada da crise coincidiu com uma série de desfiles de moda em Milão e Paris neste mês, eventos que não muito tempo atrás tinham nas primeiras filas alta frequência de jovens esposas de oligarcas, que eram elogiadas como influenciadoras e uma grande atração para os fotógrafos.

Agora, quase todos os executivos de luxo foram rápidos em dizer que sua principal preocupação é com seus funcionários na Rússia, em vez de condenar as ações do governo russo.

Na semana passada, entretanto, os estilistas deixaram de fazer comentários para quase universalmente -e publicamente- afirmar seu apoio à paz em forma de declarações em shows ou adendos às suas notas de desfile.

Ainda assim, nem todos na indústria estão deixando a Rússia. Falando antes de seu desfile de outono de 2022 em Paris, o designer Rick Owens disse que não havia resolvido totalmente o que fazer, mas não achava que o povo russo "merecia ser punido".

A Uniqlo, de propriedade da gigante de roupas Fast Retailing, planeja manter suas lojas russas abertas, com seu fundador, Tadashi Yanai, dizendo a um jornal japonês: "Vestuário é uma necessidade da vida. O povo da Rússia tem o mesmo direito de viver que nós".

Especialistas preveem que o vazio deixado pelas empresas de varejo ocidentais será preenchido pela China, que provavelmente trabalhará para atender à classe média da Rússia e se beneficiar em curto prazo. E alguns varejistas não russos poderão encaminhar seus produtos pela China, contornando a Europa.

Para a maioria dos varejistas americanos e europeus, os negócios na Rússia não são tão grandes que sua perda cause um grande impacto nos lucros.

A Levfs, por exemplo, disse que apenas 4% de suas vendas líquidas vieram do Leste Europeu, e apenas metade disso estava vinculada à Rússia. Segundo a Stanley Black Decker, suas vendas e estoques na Rússia sugerem que o conflito não é "um grande risco" para a empresa.

Na Dries Van Noten, Axel Keller, presidente da marca, disse que pausaram as entregas para Rússia, Ucrânia e Belarus, que juntas respondem por apenas 6% da receita.

As empresas que querem voltar a fazer negócios no país "não desejam ofender as sensibilidades russas", disse Townsend. Mas, acrescentou ele, "para muitas empresas, o mercado fora da Rússia é mais importante do que o mercado interno russo, e elas querem estar no lado certo da decisão moral".

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49846&anchor=6451640&pd=21bbc075574ddc22d05167c03e3841b7>

# Alta deve ser repassada à tarifa de transporte público

**GABRIEL SHINOHARA**  
*[gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br](mailto:gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br) BRASÍLIA*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Congresso derruba veto a refinanciamento de empresas do Simples

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Petrobras reajusta combustíveis, mas defasagem continua

*André Ramalho e Gabriela Ruddy Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

# Com inflação, brasileiro volta à "compra do mês"

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160?page=36&section=6](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160?page=36&section=6)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160?page=36&section=6](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160?page=36&section=6)

# Reforma ministerial: Bolsonaro planeja trocas de olho em militares, ruralistas e Centrão

*Daniel Gullino*

BRASÍLIA -Com dificuldade de atrair novos partidos para o projeto de reeleição, o presidente Jair Bolsonaro prepara uma **reforma ministerial** voltada aos núcleos mais próximos: ruralistas, militares e Centrão. O governo planeja ainda contemplar o Senado, onde enfrentou os maiores desgastes dos três anos de mandato, e amarrar o apoio do Republicanos, que vem ameaçando deixar a base aliada. A expectativa é que dez ministros deixem os cargos até o início do mês que vem para se candidatarem aos Executivos estaduais e vagas no Congresso - há também a possibilidade de um titular da Esplanada ser o companheiro de chapa de Bolsonaro em outubro.

Dois desses ministérios que ficarão vagos são considerados centrais na nova composição: Cidadania e Trabalho e Previdência. Seus atuais titulares, João Roma (Republicanos) e Onyx Lorenzoni (União), são pré-candidatos aos governos da Bahia e Rio Grande do Sul, respectivamente. Bolsonaro gostaria de usar os cargos para recompensar ao menos dois senadores de um grupo de parlamentares que faz parte da sua tropa de choque no Congresso: Marcos Rogério (PL-RO), Marcio Bittar (União-AC) e Eduardo Gomes (MDB-TO).

Um deles deve ficar com o Ministério do Trabalho. Na Cidadania - responsável pelo Auxílio Brasil, principal programa social do governo -, há um impasse. O governo pretende manter a pasta com o Republicanos, que indicou Roma, mas desde que o partido mantenha o apoio à reeleição. A sigla ainda discute a possibilidade de ficar neutra, e o presidente da legenda, deputado Marcos Pereira (SP), dá sinais nas duas direções: criticou Bolsonaro por preterir o partido em negociações eleitorais e depois compareceu ao evento em que o presidente reuniu líderes evangélicos - o parlamentar é bispo da Igreja Universal. Além disso, o presidenciável do Podemos, Sergio Moro, tem buscado pontes com o Republicanos.

Leia : União Brasil, MDB, PSDB e Podemos discutem eleição interna para candidato ao Planalto

Outro partido que pode ser beneficiado é o PP, do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. A sigla deve ganhar o Ministério da Ciência e Tecnologia, no lugar de Marcos Pontes, que avalia concorrer a uma cadeira de deputado federal.

O Ministério da Agricultura também deve entrar no cálculo eleitoral. Há o desejo de negociar o cargo em troca da manutenção do apoio de ruralistas. Uma opção discutida no Palácio do Planalto é pedir uma indicação do governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), próximo ao setor, mas com a garantia de que ele dará palanque a Bolsonaro no estado. A ministra Tereza Cristina, no entanto, quer definir seu sucessor. O mais cotado é o secretário-executivo da pasta, Mauro Montes. O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Geraldo Melo Filho, também é uma opção. Antes de comandar o órgão, ele foi assessor de Onyx Lorenzoni, à época titular da Casa Civil.

Leia : Ainda teremos o privilégio de tê-lo presidindo o Brasil , diz Kassab sobre Pacheco

Apesar de usar parte dos ministérios para agradar a aliados, Bolsonaro também deve optar por soluções internas. Na Secretaria de Governo, o favorito para substituir Flávia Arruda (PL), que vai concorrer ao Senado pelo Distrito Federal, é o chefe de gabinete da Presidência, Célio Faria Júnior. Homem de confiança do presidente, Faria tem experiência no trato com parlamentares por ter trabalhado 20 anos na área de Relações Institucionais da Marinha.

Pelo novo desenho, a ideia é que o ministro Ciro Nogueira foque na articulação política, enquanto o futuro ocupante da Secretaria de Governo ficaria responsável pela distribuição de emendas e cargos. Na virada do ano, a repartição de verbas gerou atritos entre Nogueira e Flávia.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, também pode ser "promovido" a ministro. Ele é cotado para assumir o Desenvolvimento Regional no lugar de Rogério Marinho, que pretende se candidatar ao Senado pelo Rio Grande do Norte. Presença constante nas "lives" presidenciais, Guimarães chegou

a ser cotado para substituir Paulo Guedes no Ministério da Economia. Caso a ida do executivo para o ministério não se concretize, o plano alternativo do governo é deixar a pasta nas mãos de um dos senadores da tropa de choque.

Leia : Lula defende diálogo até com quem apoiou impeachment de Dilma Rousseff

Em alguns casos o substituto pode vir da equipe da própria pasta. Na semana passada, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, indicou que espera que seu secretário-executivo, Marcelo Sampaio, fique em seu lugar. Tarcísio vai concorrer ao governo de São Paulo.

No Turismo, o ministro Gilson Machado estuda concorrer ao Senado por Pernambuco. Seu sucessor pode ser o atual presidente da Embratur, Carlos Brito. Ontem, Bolsonaro confirmou que a chapa no estado terá Machado e, na condição de candidato ao governo, o prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PL). Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), que pode disputar o Senado pelo Amapá, tem o desejo de indicar uma outra mulher para ficar em seu lugar.

Indecisão na defesa

Uma das situações mais indefinidas é a da Defesa, cujo comando pode ficar vago caso Braga Netto seja escolhido para o posto de vice na chapa de Bolsonaro, como o presidente já indicou que deseja. O comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, teve o nome sugerido para a vaga, mas a intenção de Bolsonaro é manter a pasta com o Exército, por considerá-la a principal Força.

Por isso, o comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira, pode ser o escolhido. Entretanto, pesa contra ele o fato de estar há pouco menos de um ano no cargo. Há o temor de haver um desgaste com uma nova mudança no comando em pouco tempo. Outras possibilidades entre os militares da ativa são os chefes do Estado Maior das Forças Armadas, general Laerte de Souza Santos, e do Exército, Marcos Antonio Amaro dos Santos.

Os ministros Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) também são opções. Ramos, contudo, é visto entre os militares como um nome com viés político. Caso Heleno seja escolhido, haveria uma dança de cadeiras, e Ramos iria para o GSI.

**Site: <https://oglobo.globo.com/politica/reforma-ministerial-bolsonaro-planeja-trocas-de-olho-em-militares-ruralistas-centrao-1-25427795>**

# Megarreajuste eleva pressão inflacionária



ROSANA HESSEL

A Petrobras anunciou novo aumento nos combustíveis, de até 24,93%, após 57 dias sem mexer no preço cobrado nas refinarias. Os novos valores valem a partir de hoje. O gás de cozinha também vai sofrer correção, depois de 152 dias sem reajuste.

Este é o segundo aumento do ano e o 13º da gasolina desde janeiro de 2021. O tamanho do reajuste não era esperado pelo mercado, que previa aumento gradual, começando com, no máximo, 15%, de acordo com analistas.

O preço médio do diesel nas refinarias terá reajuste de 24,93%, para R\$ 4,51 o litro. O botijão do gás de cozinha, de 13kg, foi corrigido em 16,06% por quilo, passando para R\$ 58,21. Enquanto isso, o preço médio da gasolina será corrigido em 18,77%, para R\$ 3,86 o litro. Pelas estimativas de analistas, o impacto desse reajuste no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), varia de 0,55 ponto percentual até 1,0 ponto percentual.

O tarifaço tem tamanho parecido com o que ocorreu em maio de 2018, período em que os caminhoneiros decretaram uma greve nacional, que abalou o país. Nos 12 meses terminados no quinto mês daquele ano, o diesel acumulava elevação de 25,5%, conforme estimativas do economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito. Ou seja, em apenas um dia, a Petrobras reajustou o valor do diesel quase na mesma proporção do aumento reclamado pelos caminhoneiros, que, ontem, pisaram mansinho e ficaram restritos às redes sociais.

Antes do reajuste de ontem, o litro do diesel tinha acumulado alta de 32,5% em 12 meses. Perfeito acredita que nem todo o aumento de 24,9% divulgado pela Petrobras será repassado para os postos. O

aumento final deve ser de 18,34%. Se confirmada essa previsão, a alta acumulada do diesel saltará para 56,7%. Mas se os os postos repassarem aos caminhoneiros todo o aumento promovido pela Petrobras, o reajuste acumulado em 12 meses passará para 65,8%, quase o triplo da elevação que empurrou os motoristas de caminhão a desligarem os motores durante o governo de Michel Temer.

## Choques de preço

Desde o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, as cotações do petróleo dispararam. O preço do barril do petróleo chegou a ser negociado acima de US\$ 130, um salto de mais de 100% dos valores praticados há um ano. A boa notícia é que o outro componente dos preços dos combustíveis, o dólar, está com as cotações em baixa, próximas de R\$ 5, o que tem amenizado o impacto desse choque de preços.

Não à toa, diante do choque de preços das commodities o mercado não para de elevar as projeções de inflação ? que já estão acima do teto da meta, de 5% ? e da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75%, que passou a ter um piso de 13%, em dezembro deste ano. Não por acaso, após o aumento da Petrobras, as novas estimativas para o IPCA deste ano superam 7% e caminham para 8%.

Após o reajuste da Petrobras, Marco Antonio Caruso, economista-chefe do Banco Original, elevou de 6,20% para 6,55% a previsão para o IPCA deste ano. "A revisão não é maior porque uma parte desse reajuste já estava na conta", explicou. O maior impacto é da gasolina, cujo reajuste de 18,7% implicará em 0,42 ponto percentual a mais no indicador do custo de vida. Para o diesel, esse impacto é de 0,03 ponto; para o gás de cozinha, de 0,10 ponto.

Caruso descreveu um possível cenário futuro. "A tendência é que a inflação continue elevada e no patamar de dois dígitos até maio, se a guerra não se prolongar", alertou. "Quando o preço dispara desse jeito, o que ocorre depois é uma recessão, porque nenhuma economia, mesmo as desenvolvidas suportam um reajuste dessa magnitude por muito tempo", acrescentou.

## »Rússia ameaça controlar multitis

O governo da Rússia ameaça tomar o controle e nacionalizar multinacionais que estão deixando o país.



Na primeira resposta à fuga de multinacionais, como Coca-Cola, McDonald's e Starbucks, o Ministério da Economia delineou políticas para assumir o controle temporário de companhias que tenham mais de 25% de participação estrangeira.

Os proprietários teriam cinco dias para retomar a atividade ou recorrer a outras opções, como vender sua participação.

# Nova greve de caminhoneiros seria devastadora para o país - MERCADO S/A



Divulgação



AMAURI SEGALLA

O aumento do preço dos combustíveis pela Petrobras atiçou uma categoria que já andava irritada com o valor cobrado nas bombas: os caminhoneiros. "Nesse exato momento, eu vejo que, se o governo não fizer nada, o país vai parar por não haver mais condições de rodar", disse Wallace Landim, presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava) e uma das principais lideranças do setor. Uma greve geral em um momento de economia fragilizada, com **inflação** alta e emprego escasso, seria devastadora para o país. Para os que têm memória curta, não custa lembrar: em 2018, a paralisação de 10 dias fez sumir o estoque de alimentos nos supermercados e até de remédios nas farmácias? e, depois, levou ao aumento explosivo do preços desses itens?, cancelou voos, fechou escolas e provocou estragos em praticamente todos os setores econômicos. Segundo o Ministério da Fazenda, aquela greve causou prejuízos de R\$ 15,9 bilhões ao país.

No Brasil, 40% da água é desperdiçada

O Brasil é o país do desperdício. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 40%? sim, quase metade? dos recursos hídricos se perdem na rede por desvios clandestinos e infraestrutura deteriorada, como problemas nos canos e equipamentos quebrados. Pior ainda: o nível de perdas vem subindo desde 2016, o que só mostra a urgência de se revolver a questão. Além dos prejuízos financeiros trazidos pelo desperdício de água, o descaso gera danos ambientais.

Renner lança fundo para investir em startups



A varejista de moda Renner quer se aproximar de startups. A empresa lançou, ontem, o RX Ventures, fundo de venture capital que tem por objetivo investir em empresas iniciantes, principalmente em segmentos como logística e comércio eletrônico, mas que tenham necessariamente como foco a área de moda. De acordo com a Renner, o fundo terá R\$ 155 milhões que serão injetados em pelo menos 10 startups. Recentemente, a Arezzo Co e o Grupo Soma apresentaram projetos semelhantes.

Onde há guerra ou caos político, McDonald's está fora

O índice Big Mac já é bastante conhecido na área econômica, mas, agora, ele também pode ser usado no campo político. A saída do McDonald's da Rússia mostra como a rede de fast-food é um termômetro preciso das qualidades democráticas de um país. Se há guerra ou governo excessivamente autoritário, a empresa de hambúrgueres e batatas fritas está fora. O caos político fez o McDonald's desistir do Zimbábue. Não há McDonald's no Afeganistão, na Coreia do Norte, no Irã e na Síria.

R\$ 33 BILHÕES

é o prejuízo gerado pelas secas prolongadas nas safras de soja e milho do Rio Grande do Sul

Rapidinhas

A Atvos, segunda maior produtora de etanol do país, passou a oferecer qualificação profissional exclusiva para mulheres em quatro estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Até o final de março, cerca de 130 moradoras de comunidades próximas às operações da empresa serão capacitadas para a operação de máquinas agrícolas.

A iniciativa, chamada Movimento Comunidade, faz parte do Mova (Modelo Vivo de Aprendizagem da Atvos), que incentiva o desenvolvimento profissional de colaboradores e comunidades. Atualmente, a Atvos emprega 1.500 mulheres de forma direta, o equivalente a 17% do quadro da empresa. O percentual está acima dos 9,2% do setor.

A Apple anunciou a redução dos preços de seus computadores vendidos no Brasil. Ótima notícia, certo? Nem tanto. Os valores continuam nas alturas. O MacBook Pro 16 de 1 TB custa agora R\$ 43.752 ? antes, saía por R\$ 45.499. Não quer gastar muito? Não tem jeito: o MacBook Pro 16 com 512 GB foi de R\$ 32.999 para R\$ 31.752.

Os frigoríficos brasileiros comemoram os resultados de fevereiro. As exportações aumentaram 41% em

relação ao mesmo mês de 2021, segundo novo balanço do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O ano começou forte: em fevereiro, o volume das transações internacionais avançou 10,5% sobre janeiro.

# "Não defino preço", diz Bolsonaro

**Ingrid Soares e Natasha Werneck**

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que não tem controle sobre o preço de combustíveis na Petrobras. Em conversa com apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, horas antes de a estatal anunciar os reajustes, o chefe do Executivo disse "achar" que os preços dos combustíveis "vão aumentar". "Não tô dizendo se vai ou não vai, eu acho que vai aumentar. No mundo todo aumentou. Eu não defino preço na Petrobras, não decido nada lá. Só quando tem problema, cai no meu colo", alegou.

À noite, em sua live semanal, Bolsonaro afirmou: "Algumas pessoas querem que eu vá lá na Petrobras, dê um murro na mesa. Não é bem assim. Se resolvesse, eu até faria, mas não vai resolver e vai piorar a situação". Apesar de criticar o reajuste, Bolsonaro reconheceu que a decisão é necessária. "Se a Petrobras não aumentar, teremos o desabastecimento, que é pior do que combustível caro", disse.

O Planalto busca uma saída emergencial e se reuniu pela segunda vez nesta semana, com a equipe econômica e ministros, para debater subsídios que possam amenizar os impactos da guerra na Ucrânia no Brasil, como o encarecimento ainda maior dos combustíveis causado pela alta do barril do petróleo.

O governo propõe estipular um valor fixo de referência para a cotação dos combustíveis e subsidiaria diferença entre esse valor e a cotação internacional do petróleo, mas ainda não chegou a um consenso. Por isso, deve esperar o resultado da votação do projeto que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Senado, outra possível solução. O projeto foi aprovado ontem na Casa.

O grande aumento nos preços dos combustíveis causou repercussão negativa no Congresso, inclusive entre aliados do governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), por exemplo, aliado de primeira hora do presidente Jair Bolsonaro, fez dura crítica: "Causou espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros, os verdadeiros donos da companhia. O aumento de hoje foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer", escreveu ele nas redes sociais.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição no Senado, destacou que a culpa desses

sucessivos aumentos é do governo Bolsonaro. "A gasolina e o diesel terão novo aumento! Não é notícia repetida! É incompetência, descaso e falta de gestão! O povo brasileiro não aguenta mais esse governo!", escreveu

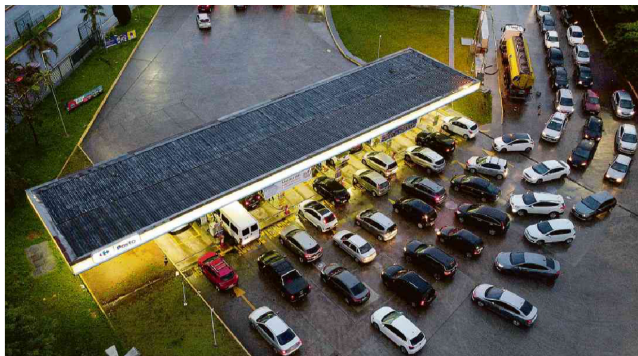
O senador Renan Calheiros (MDB-AL), que foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID, disse que os ricos serão favorecidos, enquanto os pobres vão "ressuscitar o fogão a lenha". "Os juros altos enriquecem os ricos. A Petrobras engorda acionistas. O reajuste de até 24,9% nos combustíveis vai impactar a **inflação**. Gasolina e diesel explodem a economia e o preço do gás vai ressuscitar o fogão a lenha. Legado de Bolsonaro, que foi à Rússia apoiar a guerra e a morte", afirmou.

O senador Humberto Costa (PT-PE) relembrou uma imagem divulgada na época da campanha eleitoral de Bolsonaro, quando os preços prometidos eram bem abaixo do que estão hoje, para também criticar com veemência o reajuste anunciado ontem pela petrolífera.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/11/03/2022/p1>

# Petrobras anuncia mega-aumento dos combustíveis; gasolina sobe 18,8%



Motoristas fazem fila para abastecer em posto de gasolina em São Caetano do Sul (SP); gás de cozinha também sofreu reajuste, de 16,1%. Imagem: Gomez/FotoPress

**Leonardo Vieceli e Nicola Pamplona rio de janeiro**

Pressionada pelo avanço das cotações do petróleo com a guerra entre Rússia e Ucrânia, a Petrobras anunciou nesta quinta-feira (10) reajustes nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha. As altas entram em vigor nesta sexta-feira (11).

No caso da gasolina, o reajuste para as distribuidoras é de 18,8%. O preço médio nas refinarias da estatal passará de R\$3,25 para R\$ 3,86 por litro. Para o diesel, o aumento é ainda maior, de 24,9%. O valor subirá quase R\$ 1 por litro, de R\$ 3,61 para R\$ 4,51.

Segundo o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), foram os maiores reajustes ao menos desde o início da política atual de preços, em 2016.

Com os aumentos, o preço da gasolina vendida pela Petrobras acumula alta de 24,5% em 2022. O diesel vendido pela estatal subiu 35%.

Considerando que a gasolina vendida pela Petrobras representa 73% da mistura vendida nos postos -o restante é etanol anidro-, o reajuste nas refinarias terá impacto de R\$ 0,44 por litro, elevando o preço médio nacional para a casa dos R\$ 7 nas bombas pela primeira vez na história.

Já o preço médio do diesel, levando em conta que todas as outras parcelas se mantenham inalteradas, chegaria a algo em torno de R\$ 6,40 por litro.

O gás de cozinha, conhecido como GLP (gás liquefeito de petróleo), terá seu primeiro reajuste após 152 dias. O preço médio de venda, para as distribuidoras, passará de R\$ 3,86 para R\$ 4,48 por quilo, um reajuste de 16,1%.

O preço médio final do botijão de 13 quilos, mais usado em residências, tem permanecido estável em torno de R\$ 102, nas últimas semanas. Com o reajuste da Petrobras, poderia passar para cerca de R\$ no, caso todos os outros componentes fiquem no mesmo patamar atual.

Os reajustes foram anunciados em meio a debate no go -verno e no Congresso sobre a política de preços da estatal, que prevê o acompanhamento das cotações internacionais do petróleo. Nesta semana, a mudança de modelo ganhou apoio do próprio presidente Jair Bolsonaro (PL).

Pouco antes do anúncio da Petrobras, o presidente afirmou que não influencia os preços praticados pela petroleira.

"No mundo todo aumentou [preço dos combustíveis]. Eu não defino preço na Petrobras. Eu não decido nada, não. Só quando tem problema cai no meu colo", disse a apoiadores.

"Lula e Dilma interferiram nos preços da Petrobras, entre outras coisas. Endividaram a empresa em R\$ 900 bilhões. A tendência é melhorar lá fora, mas vai ter problema de combustível no Brasil. Não vai demorar." A alta dos preços dos combustíveis é um dos principais fatores que vêm pressionando a **inflação**. O dado mais recente divulgado pelo IBGE mostra uma alta acumulada de 10,38% em 12 meses até janeiro, e economistas já projetam que a meta de **inflação** para este ano deve ser estourada novamente.

O impacto da **inflação** preocupa Bolsonaro, que deve tentar a reeleição. A alta de preços vem sendo sentida pelo brasileiro principalmente nos alimentos e nos combustíveis. Governo e Congresso, no entanto, não vêm conseguindo chegar a um consenso sobre como conter o problema.

Após a divulgação de alta de preços, o Senado aprovou dois textos que tratam de combustíveis, cuja votação vinha sendo adiada. Um deles cria uma conta de estabilização para amortecer reajustes e estabelece diretrizes para uma nova política nacional de preços. O texto foi à Câmara.

O segundo texto aprovado pelo Senado altera a cobrança de ICMS sobre combustíveis e tinha expectativa de ser cancelado pela Câmara na noite desta quinta, o que ainda não havia ocorrido até a publicação deste texto.

Em nota, a Petrobras disse que o anúncio "vai no mesmo sentido de outros fornecedores de combustíveis no Brasil que já promoveram ajustes nos seus preços". A primeira grande refinaria privada do país, a Refinaria de Mataripe, na Bahia, havia ajustado seus preços no sábado (5).

O anúncio impulsionou a cotação das ações da Petrobras. Os papéis preferenciais (que não dão direito a voto, mas têm preferência no recebimento de dividendos) subiram 3,50%. As ações ordinárias (com direito a voto), 2,80%.

Apesar da escalada das cotações do petróleo após o início do conflito no Leste Europeu -desde o avanço das tropas russas em território ucraniano, em 24 de fevereiro, a cotação do petróleo já subiu 12,59% e superou a barreira dos US\$ 100-, a Petrobras ficou 57 dias sem mexer nos preços da gasolina e do diesel -os reajustes anteriores haviam sido feitos em 12 de janeiro.

Segundo estimativa da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), os reajustes desta quinta seriam ainda insuficientes para cobrir toda a defasagem, que na noite de quarta (9) chegava a R\$ 0,81 na gasolina e R\$ 1,17 no diesel.

A defasagem inviabilizou importações privadas, gerando alertas do mercado sobre risco de desabastecimento. Nesta semana, distribuidoras e postos começaram a relatar dificuldades para renovar estoques, principalmente de diesel.

O presidente da Abicom, Sérgio Araújo, diz que, mesmo com a redução da defasagem, novas importações demoram a chegar ao país, já que entre a decisão por comprar produtos e a chegada dos navios é necessário um prazo entre 30 e 45 dias. "O risco de desabastecimento continua. A gente não sabe quantificar, porque não tem informações sobre o estoque, mas continua."

O setor de gás de cozinha, por sua vez, teme que os altos preços tenham impacto nas vendas do produto, que já vinha sendo substituído por lenha entre famílias de menor renda, o que justificou a criação de um subsídio para essa camada da população.

"Nunca foi tão importante aprimorar o programa Auxílio Gás, garantindo que os recursos destinados a compra de GLP não sejam desviados como são atualmente",

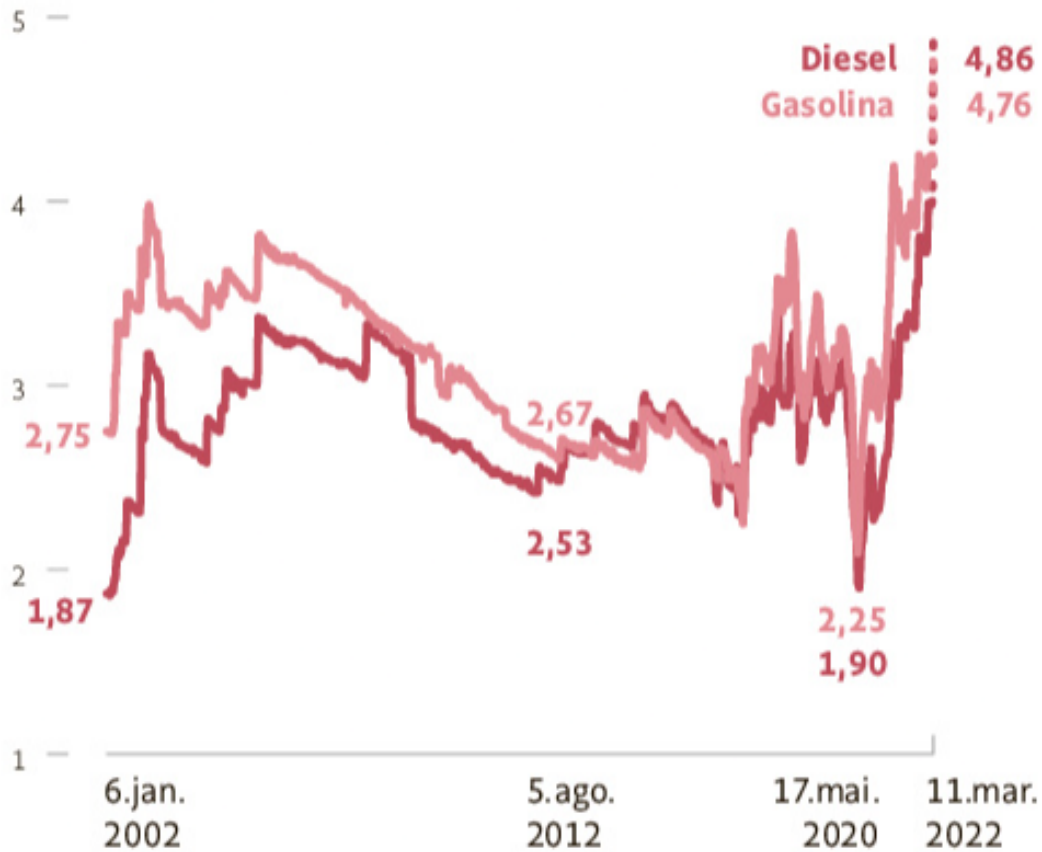
defendeu o presidente do Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP), Sérgio Bandeira de Mello.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49846>**

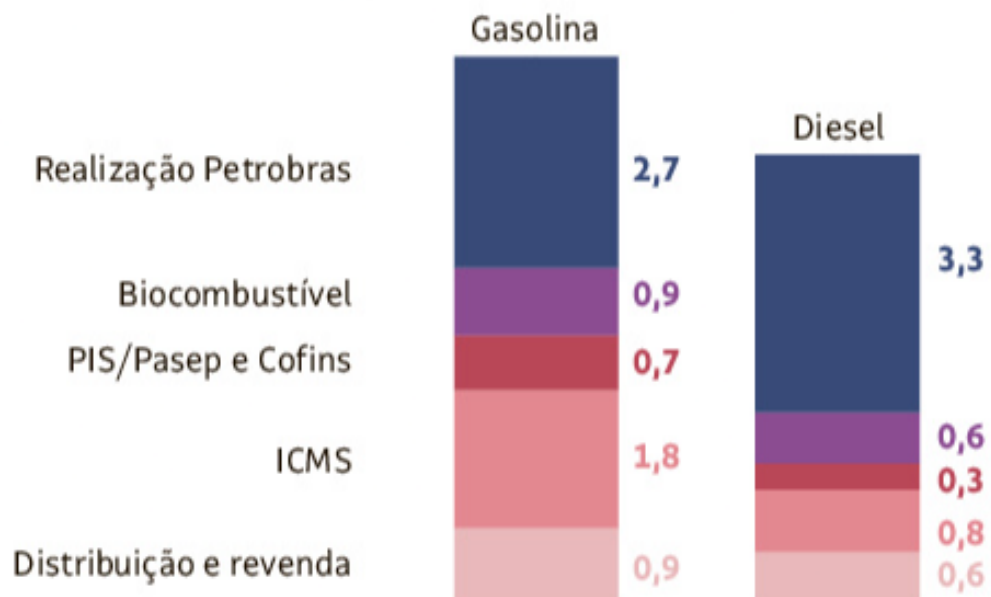
## Evolução histórica do preço nas refinarias

Com impostos federais\*, corrigido pelo IPCA, em R\$ por litro



## Composição dos preços

Na semana de 13 a 19.fev. 2022, em R\$



\*Na gasolina é o etanol adido, no diesel é o biodiesel. Fontes: ANP e Petrobras

# Reajuste pode detonar ciclo vicioso de mais inflação, juros e dívida pública

**Fernando Canzian são paulo**

O mega-aumento dos combustíveis pela Petrobras fez disparar a expectativa de **inflação** para 2022 e tem potencial para deteriorar o quadro macroeconômico do Brasil até o fim do ano, num ciclo vicioso de mais endividamento público e pressão sobre dólar e preços de alimentos.

O impacto dos reajuste do gás de cozinha, diesel e gasolina é estimado em 1,5 ponto percentual pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

Só isso, sem contar o efeito sobre fretes e transportes urbanos, eleva a estimativa do IPCA deste ano de 6,2% para 7,5% -mas há bancos considerando 8,5%.

Além dos combustíveis, os alimentos já vêm pressionando a **inflação** além do esperado, o que tende a ser agravado com a atual alta generalizada das commodities agrícolas e metálicas.

Segundo André Braz, analista de **inflação** do Ibre-FGV, o maior impacto dos combustíveis será em março (+1,05 ponto percentual), com rescaldo em abril (+0,47%). "Mas isso não leva em conta os efeitos do 'espalhamento' dos combustíveis nos demais preços da economia", afirma.

O aumento da **inflação** poderá exigir que o Banco Central reforce a subida de juros ao longo de 2022 -e mantenha a taxa elevada por mais tempo no ano que vem.

Só neste ano, levando em conta uma Selic média de 12% antes do mega-aumento, o Brasil gastará quase R\$ 1 trilhão a mais em juros da dívida pública. Considerando a estimativa de déficit primário (sem contar juros) de R\$ 100 bilhões no ano e o baixo crescimento previsto para a economia, a dívida pública deve saltar dos atuais 80% do **PIB** para cerca de 85% ao final de 2022.

Para José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do banco Fator, o aumento da dívida pública (combinado ao cenário de crescimento baixo ou nulo neste ano) pode renovar pressões sobre o câmbio, aumentando o valor do dólar mais à frente -e pressionando novamente a **inflação**.

Os juros (e a dívida pública brasileira) podem subir mais considerando que os bancos centrais dos EUA (Fed) e da zona do euro (BCE) devem elevar suas taxas em ritmo mais acelerado para conter pressões inflacionárias em suas economias -também impactadas por preços maiores de gás, gasolina e diesel.

"Não dá para esperar algo diferente disso [mais juros no Brasil e no mundo]. E não há perspectiva de que as taxas possam baixar tão cedo", afirma o economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central.

Pastore diz que, além do choque dos preços dos combustíveis, o Brasil vem sofrendo pressões de alta nos alimentos desde o fim do ano passado.

Embora o dólar tenha caído cerca de 12% em 2022 (de R\$ 5,60 para pouco mais de R\$ 5), o que barateia, em reais, as commodities agrícolas, os preços internacionais desses produtos saltaram 20% no período. Na média, portanto, os alimentos (com peso de 21% no IPCA) seguem subindo em reais. Como agravante, a expectativa é que o dólar volte a se valorizar ante o real à medida que Fed e BCE acelerarem a retirada de estímulos monetários nos EUA e na Europa e passarem a subir juros -atraindo capital internacional para suas economias.

"Boa parte da queda do dólar neste ano tem a ver com a entrada de dinheiro de investidores em Bolsa nos EUA para mercados emergentes como o Brasil. Daqui para a frente, considerando um cenário de possível recessão mundial e alta de juros lá fora, comprar Brasil não parece mais uma boa ideia", diz Gonçalves.

Nesse contexto, o dólar teria potencial para voltar a subir no Brasil -pressionando para cima também **inflação**, juros e dívida pública.

1,5 ponto percentual é a estimativa de impacto no IPCA de 2022 com o reajuste nos combustíveis, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49846>



# Mais inflação, juros e dúvidas (Editorial)

O Brasil pode chegar ao fim do ano com **inflação** de 7%, o dobro da meta oficial, e juros básicos avançando para 14%, segundo projeções do mercado financeiro, turbinadas pela recente alta do petróleo e dos alimentos no mercado internacional.

A insegurança econômica gerada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções impostas à Rússia torna mais escuro um horizonte já nublado. Apesar do cenário mais preocupante, a maioria dos especialistas consultados pelo Estadão/Broadcast continua prevendo uma alta de juros de 10,75% para 11,75% na próxima semana, quando será realizada a reunião periódica do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC).

O aperto mais forte da política monetária virá em seguida, e poderá prolongar-se mais do que se estimava antes da guerra. As possibilidades de recuperação econômica a partir de 2023, já muito limitadas, tornam-se mais problemáticas com as pressões inflacionárias e com as novas incertezas. Pelas projeções do mercado conhecidas na última segunda-feira, o Produto Interno Bruto (**PIB**) deverá crescer 0,42% neste ano e 1,5% no próximo. Se as condições de crédito ficarem piores do que se esperava, as famílias serão mais pressionadas, a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.

O quadro completo deverá incluir também os interesses eleitorais do presidente Jair Bolsonaro e a gestão orçamentária comandada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, representante principal do Centrão no Executivo. Por decisão do presidente Bolsonaro, Nogueira tem mais poder que o ministro da Economia, Paulo Guedes, nas decisões sobre usos de verbas do Orçamento. O resultado dessas decisões e das manobras para conter os preços, principalmente dos combustíveis, poderá ser um legado sinistro para a administração federal.

O cenário já tenebroso inclui uma **inflação** já muito alta, uma produção industrial com 9 quedas em 12 meses e vendas do varejo 1% abaixo do patamar pré-pandemia.

A recuperação mensal de 0,8% em janeiro ficou longe de compensar a queda de 1,5% em dezembro e de recriar o dinamismo perdido a partir de 2020.

Além do desemprego, também a alta de preços

continua limitando severamente os gastos familiares. Mas o quadro geral seria com certeza muito pior, se uma grande parcela dos cidadãos, levando a sério o exemplo e as palavras do presidente Jair Bolsonaro, tivesse resistido à vacinação.

Alguma segurança econômica ainda é garantida pelo agronegócio, com produção suficiente de alimentos para suprimento interno e para exportação.

Problemas de abastecimento de fertilizantes, em consequência da guerra, geram alguma preocupação.

Mas há estoques e, além disso, o plantio da próxima safra de verão só deverá começar no segundo semestre.

Até lá, as condições internacionais poderão melhorar.

Além disso, haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos, para substituir a Rússia, se for o caso. De toda forma, o espaço de tolerância para erros será quase nulo, neste ano.

**Síte:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Após alta, economistas já esperam inflação entre 7% e 8% este ano

**CAROLINA NALIN E ANA FLÁVIA PILAR (Estagiária, sob  
supervisão de Danielle Nogueira)**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Governo vê PIB deste ano menor sob efeito da guerra

*Estevão Taiar, Marsílea Gombata e Anais Fernandes De  
Brasília e São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

# Reajuste da Petrobras também vai afetar varejo

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

# Conflito vai reduzir a expansão da economia global neste ano, diz FMI

*Andrea S halal Reuters, de Washington*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

# A pandemia aumentou as desigualdades de gênero (Artigo)

*João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ IE/UFRJ. E-mail: [saboia@ie.ufrj.br](mailto:saboia@ie.ufrj.br)  
Mireille Razafindrakoto e François Roubaud são pesquisadores do Institut de Recherche pour le Développement (IRD) de Paris e pesquisadores visitantes do IE/UFRJ.*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187160](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187160)